ANÁLISE E DECISÃO:

Quando a solicitação do Município de São Geraldo do Araguaia, informo que o mesmo apresentou redução em seu valor adicionado de 2007 para 2008 em 1,18%, sendo que este decréscimo afetou seu índice, reduzindo de 0,27 no ano de 2009, para 0,23% em 2010, e quanto a manutenção dos mesmos índices de Cota Parte do ICMS de 2009 para o exercício de 2010, esclareço ser improcedente tal impugnação porque fere os dispositivos da Lei Complementar nº 63/90, a qual define os critérios para composição de 75% do referido índice.

O Grupo de Trabalho Cota-Parte vem desenvolvendo as tarefas inerentes ao cálculo dos índices definitivos, conforme preceitua art. 3º, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 63/1990, com base no qual esses índices serão publicados no prazo previsto no § 8º do mesmo dispositivo legal.

Isto posto, julgo improcedente a impugnação, nos termos acima.

Publique-se.

Belém, 05 de agosto de 2009.

Edna de Nazaré Cardoso Farage

Diretora de Arrecadação e Informações Fazendárias

Presidente do Grupo de Trabalho Cota-Parte

PROCESSO Nº : 002009730014669-0

IMPUGNANTE: MUNICÍPIO DE XINGUARA

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO DOS ÍNDICES PROVISÓRIOS

PUBLICADOS NO DECRETO Nº 1.765/2009.

RELATÓRIO DA IMPUGNAÇÃO:

O Município de Xinguara impugna os índices provisórios publicados para vigência no ano 2010, e pede que sejam mantidos os mesmos índices de Cota Parte do ICMS de 2009 para o exercício de 2010, até que seja a matéria regulamentada pela Legislação Federal e implementados os novos sistemas de informações econômico-fiscais pelos Municípios como medida eficaz em garantia dos preceitos de ordem pública.

ANÁLISE E DECISÃO:

Quando à solicitação do Município de Xinguara, informo que o mesmo apresentou redução em seu valor adicionado de 2008 para 2007 em 4,23%, sendo que este decréscimo afetou seu índice, reduzindo de 0,79 no ano de 2009, para 0,68% em 2010, fato ocasionado pela substituição do valor adicionado do ano de 2006, que por determinação legal deixa de compor o cálculo, pelo valor adicionado do ano de 2008, que tem menor participação do que o de 2006. E, quanto a manutenção dos mesmos índices de Cota Parte do ICMS de 2009 para o exercício de 2010, esclareço ser improcedente tal impugnação porque fere os dispositivos da Lei Complementar nº 63/90, a qual define os critérios para composição de 75% do referido índice.

O Grupo de Trabalho Cota-Parte vem desenvolvendo as tarefas inerentes ao cálculo dos índices definitivos, conforme preceitua art. 3º, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 63/1990, com base no qual esses índices serão publicados no prazo previsto no § 8º do mesmo dispositivo legal.

Isto posto, julgo improcedente a impugnação, nos termos acima.

Publique-se.

Belém, 05 de agosto de 2009.

Edna de Nazaré Cardoso Farage

Diretora de Arrecadação e Informações Fazendárias

Presidente do Grupo de Trabalho Cota-Parte

PORTARIA - COFAZ

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 18713

PORTARIA N.º 0110 DE 04 DE AGOSTO DE 2009

O Secretário de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe é conferida por Lei, e;

Considerando os termos do processo nº 452009730000037-6 e a manifestação da Corregedoria Fazendária/COFAZ;

Considerando o disposto no artigo 199, da Lei Estadual n.º 5.810/94.

RESOLVE:

I - DETERMINAR a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a ausência ao serviço, injustificada e consecutiva, em tese, atribuída ao servidor desta Secretaria de Estado da Fazenda, ocupante do cargo de Marinheiro Regional de Máquinas, identificação funcional nº 5121019-1, no período de 16/06/2009 até a presente data, conduta essa tipificada, em princípio, no inciso IV do artigo 178 da Lei Estadual nº 5.810/94.

II - CONSTITUIR Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, integrada pelos servidores **RAIMUNDO NONATO DA SILVA WANZELER**, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, identificação funcional nº 5552788/1, **KARLA TRINDADE LIMA**, Agente Auxiliar de Fiscalização, identificação funcional nº 5132533/1 e **LIDIA NAZARETH DA SILVA FERRAZ**, Datilógrafo, identificação funcional nº 5144264/2 para, sob a

presidência do primeiro, dar cumprimento ao item precedente.

III - O prazo regular da instrução será de 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação por igual período, em caráter excepcional, sob motivação, para garantir o esclarecimento dos fatos e o exercício pleno da defesa.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, em 04/08/2009.

JOSÉ RAIMUNDO BARRETO TRINDADE

Secretário de Estado da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT MARABÁ

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 18720

O Ilmo. Sr. Dr. HILÁRIO AUGUSTO FERREIRA NETO

Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não Tributária de Marabá desta Secretaria de Estado da Fazenda.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que foi lavrado Auto de Infração e Notificação Fiscal contra o sujeito passivo abaixo relacionado, resultante da Ação Fiscal para Baixa Cadastral originada pela Ordem de Serviço nº 032009820000170-2, ficando a empresa NOTIFICADA no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do Art. 14, § 3º, III da Lei nº 6.182/98, a efetuar o recolhimento do crédito tributário ou a interpor impugnação junto a esta Coordenação localizada na Rodovia Transamazônica, km 05, Folha 30, Quadra e Lote Especial, bairro de Nova Marabá, município de Marabá (PA), findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 58, de 03 de agosto de 2006.

SUJEITO PASSIVO INSC ESTADUAL AINF Nº

S. COELHO SANTOS & CIA. LTDA ME 15.275.531-4 032009510000169-2

HILÁRIO AUGUSTO FERREIRA NETO

Coordenador Fazendário

DIVERSOS

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 18729

PORTARIA N.º 1282 DE 05 DE AGOSTO DE 2009.

AUTORIZAR o pagamento de 4 e 1/2 diárias a RONALDO LUIS SILVA DE SOUZA, Matrícula-5558742301, CPF-172.217.812-49, Assessor Fazendário, lotado(a) na CGRM, com o objetivo de - VERIFICAR PROBLEMAS NA INFRA-ESTRUTURA CIVIL, ELÉTRICA E HIDRAULICOS NA UNIDADE, no período de 17.08.2009 a 21.08.2009, no trecho Belém/Marabá/Belém. julgamento - cofaz

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 18696

AUTOS DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INSTAURADA PELA PORTARIA No. 0586 de 04 de junho de 1998

JULGAMENTO

Consustanciado no que rezam os artigos 223 e 224 da Lei nº 5.810/94, procedo ao JULGAMENTO nos autos do Processo de Sindicância instaurada pela Portaria nº 0586 de 04 de junho 1998, para apurar os fatos relatados no Ofício nº 040/98/GAB-Câmara de Deputados

Os autos encontram-se em perfeita ordem do ponto de vista formal e processual;

A comissão responsável pela condução dos serviços esgotou as vias de apuração dos possíveis ilícitos funcionais inerentes ao caso;

Ao final apresenta RELATÓRIO de sua atividades e recomendações tiradas à unanimidade; e

Conclui pela ausência de elementos que comprovassem a veracidade dos fatos denunciados, sugerindo de conseguinte o ARQUIVAMENTO da Sindicância, de acordo com o disposto no artigo 201, I da Lei nº 5.810/94.

Dito isso e por tudo que dos autos consta, coerente com meu convencimento de Autoridade Julgadora e com fundamento no artigo 224, parágrafo único da Lei nº 5.810/94, **DECIDO pelo arquivamento da Sindicância**, nos termos sugeridos em relatório da Comissão.

É a Decisão

JOSÉ RAIMUNDO BARRETO TRINDADE

Secretário de Estado da Fazenda

COFAZ - JULGAMENTO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 18692

AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO PELA PORTARIA No. 0887/1996 de 04.03.1996

JULGAMENTO

Consustanciado no que rezam os artigos 223 e 224 da Lei nº 5.810/94, procedo ao JULGAMENTO nos autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 0887/1996 de 04.03.1996, para apurar denúncias de irregularidades

por parte dos servidores JOÃO BATISTA GOMES DA SILVA, ABELARDO MARQUES PINHEIRO DE ASSIS, MARIO ANTONIO CARDOSO SABADO E ORLANDO MACHADO COELHO, apontadas no Ofício nº 789/95, da Polícia Militar do Estado do Pará.

Os autos encontram-se em perfeita ordem do ponto de vista formal e processual;

A comissão responsável pela condução dos serviços esgotou todas as vias de apuração dos possíveis ilícitos funcionais inerentes ao caso;

Ao final apresenta RELATÓRIO de sua atividades e recomendações tiradas à unanimidade; e

Conclui pelo ARQUIVAMENTO do feito, por não ter identificado ao longo da instrução processual, qualquer conduta desabonadora por parte dos servidores denunciados

Dito isso e por tudo que dos autos consta, coerente com meu convencimento de Autoridade Julgadora e com fundamento no artigo 224, parágrafo único da Lei nº 5.810/94, **DECIDO pelo arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar**, nos termos sugeridos em relatório da Comissão.

É a Decisão

JOSÉ RAIMUNDO BARRETO TRINDADE

Secretário de Estado da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT SANTARÉM

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 18701

A Coordenadoria da CERAT/Santarém, no uso de suas atribuições, NOTIFICA aos titulares, sócios ou representantes legais da firma abaixo relacionada, nos termos do artigo 11 da Lei n.º 6.182/98 e dos artigos 65 e 66 da Lei n.º 5.530/89, combinado com os artigos 124 e 744 do RICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676/01, a apresentar os documentos a seguir relacionados, objeto de ação fiscal na modalidade Ordem de Serviço, nº042009820000104-8, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do art. 14, § 3º, III da Lei 6.182/98, alterada pela Lei 7.078, de 28 de dezembro de 2007.

Razão Social: VESLE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA.

Número da Ordem de Serviço de Fiscalização: **042008820000109-1**

Inscrição Estadual: 15264417-2

Auditor Fiscal solicitante: LANA CRISTINA ALBARADO DA SILVA

Documentos solicitados:

Notas Fiscais de Saída, nº do Controle do Formulário 001390 a 001415

Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer desta ação fiscal.

Local p/ entrega da documentação: CERAT/SANTARÉM, situada na Avenida Mendonça Furtado, 2797 (BAIRRO: ALDEIA) – SANTARÉM/PA, CEP: 68040-050. Fones: (93) 3064-9401 / 3064-9414.

O não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado, determinará a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do Artigo 78, inciso XI, alínea "c" da Lei n.º 5.530/89, ficando ciente, desde logo, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando ao interesse do Erário Estadual.

Maria de Fátima Silva

Coordenadora Fazendária – CERAT Santarém

TARF - ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 18699

A Secretaria Geral torna público a (s) data (s) de julgamento do (s) recurso (s) abaixo, a ocorrer na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO

Em 13/08/2009, às 08:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 4400, AINF nº 012008510001818-3, contribuinte LINAVE LUIZ IVAN NAVEGACAO LTDA, Insc. Estadual nº. 15184258-2

Em 13/08/2009, às 08:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 4672, AINF nº 012008510005752-9, contribuinte LINAVE LUIZ IVAN NAVEGACAO LTDA, Insc. Estadual nº. 15184258-2

PORTARIAS DO IPVA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 18705

PORTARIA N.º2376-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 05/08/2009 - PROC N.º 0320097300083010/SEFA/CEEAT IPVA-ITCD

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2009

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Odorico Pereira de Souza

Marca Tipo Chassi

FORD/FIESTA SEDAN1.6FLEX Pas/Automovel 9BFZF26P998316085

PORTARIA N.º2377-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 05/08/2009 - PROC N.º 1920097300044329/SEFA/CEEAT IPVA-ITCD

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2009

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Edson Rinaldo Silva dos Santos